

Prefácio	XIII
1. Introdução	1
1.1 Os desafios da legislação recuperatória e falimentar	2
1.2 Histórico legislativo brasileiro	4
2. Destinação Legal	9
2.1 Empresário e Empresa	10
2.1.1 Atividades de natureza intelectual	14
2.1.2 Atividade intelectual como elemento de empresa	15
2.1.3 O produtor rural	18
2.1.4 Empresários não sujeitos ao regime da Lei n. 11.101 de 2005	21
3. O Juiz e o Ministério Público	23
4. Administrador Judicial	25
4.1 Nomeação	25
4.2 Atribuições	25
4.2.1 Atribuições comuns ao processo de falência e de recuperação	26
4.2.2 Atribuições específicas na recuperação judicial.....	27
4.2.3 Atribuições específicas na falência	28
4.3 Remuneração	28
4.4 Substituição	30

4.5 Impedimentos	30
4.6 Responsabilidade	30
5. Assembleia Geral de Credores.....	31
5.1 Atribuições	31
5.2 Convocação	32
5.3 Instalação	33
5.4 Representação	34
5.5 Ata	35
5.6 Direito de voto	35
5.6.1 Mutabilidade da lista de credores x Invalidação da assembleia geral de credores	36
5.6.2 Mutabilidade da lista de credores x Suspensão da assembleia geral de credores	37
5.6.3 Credores sem direito de voto	39
5.6.4 Abuso do direito de voto	40
5.6.5 Fraude à lei	51
5.7 Classes	54
5.8 Quóruns de deliberação	55
5.8.1 Apreciação do plano de recuperação judicial	55
5.8.1.1 Aprovação do plano de recuperação por todas as classes de credores (art. 45 da LREF)	56

5.8.1.2 <i>Cram down</i> – Quorum alternativo para aprovação do plano de recuperação (art. 58, § 1º da LREF)	60
5.8.2 Eleição dos membros do Comitê de Credores	63
5.8.3 Forma alternativa de realização do ativo	63
6. Comitê de Credores	65
6.1 Constituição e composição	65
6.2 Atribuições	66
6.3 Remuneração	66
6.4 Impedimentos	67
6.5 Responsabilidade	67
7. Verificação de Créditos	69
7.1 Etapa extrajudicial	70
7.1.1 Habilitações e divergências	70
7.1.2 Lista provisória de credores	72
7.2 Etapa judicial	73
7.2.1 Impugnação de crédito.....	73
7.2.2 Credor retardatário	77
7.3 Recurso e o Quadro Geral de Credores – QGC	79
8. Recuperação Judicial	81

8.1 Princípios do processo de recuperação judicial de empresas	83
8.1.1 Superação da crise econômico-financeira.....	84
8.1.2 Manutenção da fonte produtora e preservação da empresa	88
8.1.3 Manutenção dos empregos dos trabalhadores	92
8.1.4 Tutela dos interesses dos credores	94
8.1.5 Função social da empresa	100
8.1.6 Estímulo à atividade econômica	102
8.2 Legitimidade ativa	105
8.3 Créditos alcançados pela recuperação judicial	107
8.4 Manutenção do direito de crédito em face dos garantidores	112
8.5 Meios de recuperação judicial.....	117
8.6 Pedido de recuperação	122
8.7 Processamento da recuperação judicial	124
8.8 Da competência do juízo da recuperação da empresa.....	128
8.9 Empresa em recuperação e assistência judiciária	133
8.10 Plano de recuperação	134
8.11 Apreciação do plano de recuperação pelos credores	137
8.12 Certidões tributárias e concessão	

da recuperação judicial	138
8.13 Sentença concessiva da recuperação judicial	141
8.14 Cumprimento do plano de recuperação	141
8.15 Gestor judicial	143
8.16 Encerramento da recuperação judicial	144
8.17 Plano especial de recuperação judicial para micro empresas e empresas de pequeno porte	145
8.18 Convolação da recuperação judicial em falência.....	149
9. Falência	153
9.1 Princípios do processo de falência	154
9.1.1 Preservação e utilização ótima dos fatores de produção	155
9.1.2 Celeridade e economia processual	156
9.2 Universalidade e indivisibilidade	
do juízo da falência	157
9.3 Vencimento antecipado das obrigações do falido	160
9.4 Responsabilidade dos sócios na falência da sociedade empresária	161
9.5 Credores extraconcursais	163
9.6 Credores concursais	164
9.6.1 Trabalhista	164

9.6.2 Com garantia real	166
9.6.3 Tributário	167
9.6.4 Com privilégio especial	169
9.6.5 Com privilégio geral	169
9.6.6 Quirografários	171
9.6.7 Subquirografários	171
9.6.8 Subordinados	172
9.7 Do pedido de falência –	
Procedimento e hipóteses de cabimento	172
9.7.1 Impontualidade (art. 94, inciso I da LREF)	173
9.7.2 Execução frustrada (art. 94, inciso II da LREF)	176
9.7.3 Atos falência (art. 94, inciso III da LREF)	179
9.7.3.1 Liquidação precipitada de ativos	180
9.7.3.2 Realização de negócio simulado	180
9.7.3.3 Transferência do estabelecimento empresarial a terceiro	180
9.7.3.4 Transferência simulada do principal estabelecimento	181
9.7.3.5 Concessão de garantia real a credor	181
9.7.3.6 Abandono de estabelecimento	182

9.7.3.7 Descumprimento do plano de recuperação	183
9.8 Procedimento do processo de falência	184
9.8.1 Petição inicial	185
9.8.1.1 Autofalência	185
9.8.1.2 Falência requerida pelo credor	186
9.8.2 Das defesas no processo de falência	187
9.8.3 Depósito elisivo.....	190
9.8.4 Legitimidade para requerer falência	191
9.8.4.1 Autofalência	191
9.8.4.2 Legitimados para requerer a falência do empresário	192
9.8.5 Sentença falimentar	194
9.8.6 Termo legal da falência	195
9.8.7 Providências determinadas pela sentença	196
9.8.8 Recursos cabíveis	198
9.8.9 Indenização em caso de improcedência do pedido de falência	199
9.9 Inabilitação empresarial	199
9.10 Direitos e deveres do falido	200
9.11 Da arrecadação e da custódia de bens	202
9.12 Pedido de restituição e embargos de terceiro	203

9.13 Efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor	205
9.14 Efeitos da falência em relação aos contratos do falido	206
9.15 Mandatos outorgados pelo falido	208
9.16 Contas correntes bancárias	208
9.17 Compensação na falência	209
9.18 Contratos de sociedade	209
9.19 Juros incidentes sobre as dívidas do falido	210
9.20 Ineficácia e revogação de atos do falido	211
9.20.1 Atos ineficazes (artigo 129 da LREF)	212
9.20.1.1 Atos praticados dentro do termo legal	212
9.20.1.2 Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência	213
9.20.1.3 Ato ineficaz independentemente do aspecto temporal	214
9.20.1.4 Atos praticados após a decretação da falência	216
9.20.1.5 Da declaração da ineficácia	216
9.20.2 Atos revogáveis (artigo 130 da LREF)	217
9.20.3 Procedimento	218
9.21 Realização do Ativo	219
9.22 Pagamento aos credores	222

9.23 Encerramento da falência	224
9.24 Extinção das obrigações do falido	226
10. Recuperação Extrajudicial	229
10.1 Créditos excluídos da recuperação extrajudicial	230
10.2 Procedimento da recuperação extrajudicial	230
10.3 Processamento do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial	234
Referências Bibliográficas	237